

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A divulgação dos resultados provisórios do Concurso ao Programa de Apoio Sustentado 2018-2021 da Direção-Geral das Artes (DGArtes), provocou uma justificada convulsão no meio artístico e cultural português. Os resultados divulgados, a confirmarem-se, são responsáveis pelo fim da atividade de dezenas de projetos de criação cultural por todo o país.

O Governo criou um problema prometendo um novo modelo com menos dinheiro do que há 4 anos. Um problema, que se arrasta há mais de um ano, que tem assentado na sucessiva frustração de expectativas no setor, e cujos resultados conhecidos dos concursos para apoios às artes revelam mais um novo episódio do descalabro da política cultural.

O Programa de Apoio Sustentado às Artes 2018-2021 - que financia grande parte da atividade artística em Portugal - abriu em outubro e levou ao fim do financiamento a 39 estruturas e projetos. Estes resultados estão a provocar a indignação de muitas companhias, organizações e criadores, e foram já motivo de tomadas de posição de autarcas e manifestação de preocupação pelo Sr. Presidente da República.

"O que vem sendo anunciado não corresponde a uma retoma das condições pré-'troika'. Consideramos os resultados divulgados um ataque violento ao meio artístico português, ao eliminar estruturas de criação espalhadas um pouco por todo o país", afirma em comunicado o Teatro O Bando.

"Pratica-se uma razia histórica onde se manifesta uma desconfiança insultuosa para com artistas e até para com equipamentos do próprio Estado, alimentada por ódios pessoais", afirma a companhia Cão Solteiro num comunicado divulgado nas redes sociais.

O Chapitô, por seu lado, considera que O Estado *"não valoriza um programa de formação artística que acolhe no seu seio a única Escola de Artes Circenses do país, com um eixo de formação creditada e um outro eixo de formação pós-laboral, frequentada por cerca de 400 formandos, génese de grandes criações com forte impacto comunicacional e agregando vastíssimos públicos."*

O Teatro Experimental do Porto, a companhia profissional mais antiga de Portugal, apesar de comemorar 65 anos de atividade em Junho, fica também de fora dos apoios da Direção Geral das Artes, com uma candidatura que *"procura colmatar a precariedade do sector, assumindo contratos de trabalho para a equipa nuclear e para todos os colaboradores que integrem as*

actividades. Este plano inclui 20 criações (18 delas dramaturgias originais e 2 de repertório), bem como um projecto de formação de quatro anos, com várias fases de actividade.”. No Porto ficam também sem apoio a Seiva Trupe, o Festival Internacional de Marionetas e o Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica (FITEI).

Na região Centro foram excluídas companhias que deixam sem Teatro as cidades de Coimbra e da Covilhã. Na Covilhã foi excluído o Teatro das Beiras, e em Coimbra as duas companhias profissionais com sede em Coimbra - O Teatrão e a Escola da Noite, organizações de reconhecido mérito artístico e cultural e que têm marcado o panorama cultural da cidade ao longo das últimas décadas.

A subjetividade de critérios é estarrecedora com companhias a ser excluídas com fundamento em critérios que para outras são fundamento de elogio.

Assistimos assim em 2018, e apesar do difícil período de emergência financeira que vivemos e que os portugueses em conjunto com o Governo PSD ultrapassaram, a um aniquilar por parte do Governo do PS dos mecanismos e financiamentos que possibilitam a sobrevivência das estruturas de criação cultural.

A visão deste Governo para a Cultura mostra-se manifestamente propagandística, com redução de recursos em tempo de crescimento da economia, amputando a conceção cultural e a geração artística e mutilando a oferta cultural no território nacional, como é o caso das cidades de Évora, Covilhã e Coimbra.

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os deputados do Partido Social Democrata, abaixo assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Cultura, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Como justifica o Governo os resultados em causa?

2 – Por que razão são excluídas deste concurso companhias profissionais de reconhecido valor ao longo das últimas décadas, com projetos artísticos sólidos, como são os casos – entre tantos outros – de “O Teatrão” e a “Escola da Noite” em Coimbra e o Teatro das Beiras na Covilhã?

3- Como explica, do ponto de vista da Política Cultural e territorial, a eliminação do Teatro em Coimbra, Covilhã e Évora?

Palácio de São Bento, 3 de abril de 2018

Deputado(a)s

MARGARIDA MANO(PSD)

JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

Deputado(a)s

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

ANA SOFIA BETTENCOURT(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

MANUEL FREXES(PSD)

ÁLVARO BATISTA(PSD)

ANA OLIVEIRA(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

MAURÍCIO MARQUES(PSD)